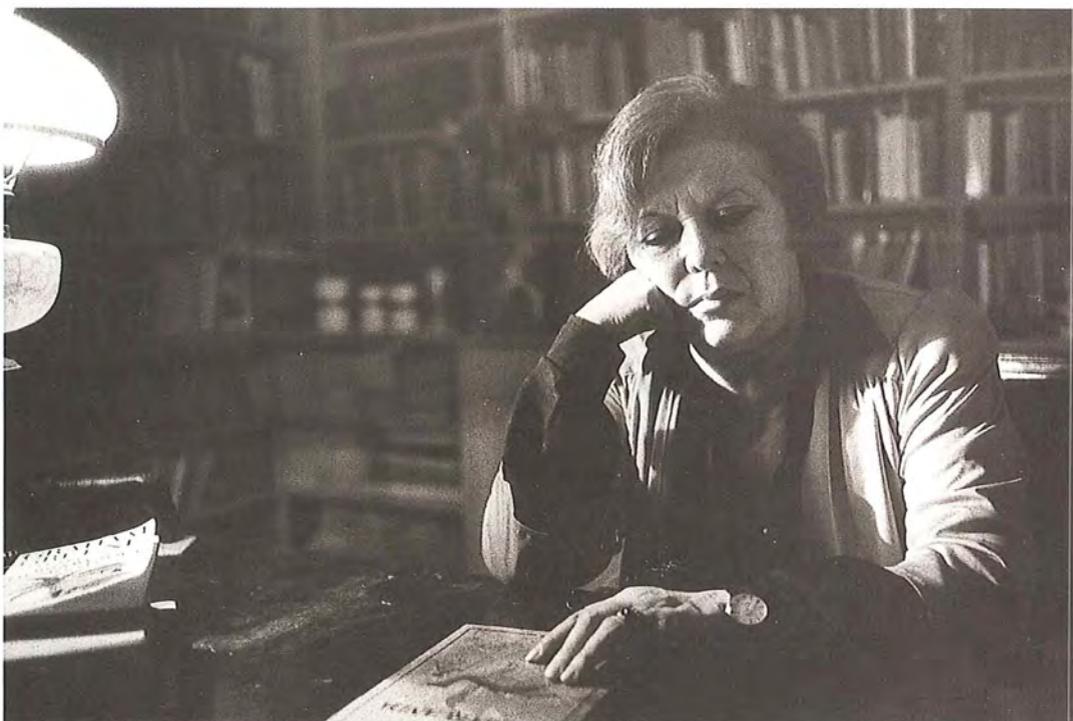


O 25 de Abril na Poesia Portuguesa

Fernando J. B. Martinho

AO LONGO DOS ANOS, ESPECIALMENTE NO PERÍODO compreendido entre os fins da década de 30 e as vésperas do 25 de Abril, foi-se definindo, entre nós, uma tradição de *poesia de resistência*, de oposição ao Estado Novo. Para a formação de tal tradição contribuíram poetas oriundos de diferentes quadrantes, embora com relevo para aqueles que inscreviam entre as preocupações maiores da sua poética o empenhamento cívico e social. De forma mais velada ou mais aberta, a lírica resistente afirmava-se enquanto poesia combativa, de denúncia da iniquidade do regime, do seu aparelho repressivo, pondo sempre em primeiro plano o seu empenho pela liberdade de que se via privada. A sua voz foi, durante décadas, lamento, protesto, acusação, imprecação, ora animada pela esperança ora abatida pelo desânimo. Apelo à mudança, à transformação, procurou captar a adesão, a cumplicidade dos que a liam, dos que nela, muitas vezes, buscavam ânimo para o combate em que estavam igualmente empenhados. O espaço de comunhão criado, a partilha de códigos permitiam, sem dificuldades de maior, a *tradução* das alusões, como, por exemplo, no famoso poema de *Livro Sexto*, de Sophia, «O velho abutre», em que o leitor da época (começos dos anos 60), de imediato, reconhecia Salazar. Por outro lado, a poesia resistente fez-se também, frequentemente, louvor, celebração de figuras paradigmáticas, em regra vítimas do regime, como Catarina Eufémia, acerca da qual se constituiu todo um cancionero (*v.*, a título de exemplo, o poema que lhe dedicou Sophia em *Dual*, de 1972), ou José Dias Coelho (*v.* «Suave sob o cômor», de *(Este) Rosto*, 1970, de Fiamma Pais Brandão). De outras vezes incidiu sobre heróis vivos a celebração, como é o caso de *Cântico do País Emerso*, de Natália Correia – celebração a quente, muito próxima dos eventos, e percorrida por um poderoso sopro épico, do assalto ao *Santa Maria* protagonizado por Henrique



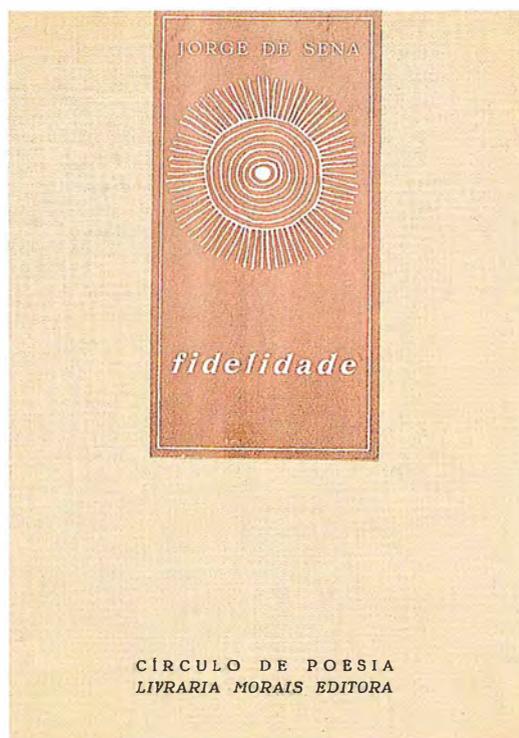
Galvão, nos princípios de 1961: «[...]// *Demónio vestido de marinheiro, tudo / O que vem buscar a alma do Capitão // Tudo quanto é marítimo por dentro / Intimamente humanamente submarino / O gosto a sal a humidade o cheiro tudo / Quanto é entrar na baía do sonho / Pela boca de um rio clandestino / O passeio do vento à noite nas cobertas / O percurso sonâmbulo das milhas / O olhar líquido cerúleo das vigias / Abertas, a ternura que ao longe têm por nós / As ilhas, a pessoa que amámos noutra vida / Encontrada no cais à hora da partida / E perdida depois à hora da chegada... / Tudo quanto é amor e despedida / E ter amigos do tombadilho da amurada... // [...]*». De novo, aqui, se conta com a cumplicidade do leitor, que, pelas múltiplas alusões contidas no texto e pela proximidade dos eventos narrados, facilmente identifica o «Capitão». O mesmo se verifica no poema «Aqui» de Fernando Assis Pacheco, relativamente à identificação de Hum-

berto Delgado, um texto, porém, em que, por força das circunstâncias, a lírica de denúncia segue as vias da elegia fúnebre: «*Porque o mataram com um tiro / nas costas, em Villanueva. / Aqui, aqui – não fosse falar. / Porque o mataram em Villanueva, / isto é, longe. Ficou sem voz. / Os olhos parados, girassóis / na névoa. Breves pulsos / desatados. Em Villanueva, / com um tiro nas costas. / Não fosse falar, mover-se / pelas estradas – isto é, perto. / Em Villanueva del Fresno. // [...]*».

Entre os que, ao longo dos anos, conheceram as prisões do Estado Novo, encontram-se alguns poetas. Bastaria recordar os nomes de Jaime Cortesão, Torga, Casais Monteiro, Borges Coelho, Veiga Leitão. Este último deixou-nos um livro com um título, *Noite de Pedra*, 1955, que, emblematicamente, resume o que foi não apenas a sua experiência pessoal de encarceramento mas a de todo um país privado de liberdade. Quem não fixou alguns dos mais sortífe-

gos textos da colectânea, como «Primavera de 52»: «Sinto-lhe o cheiro. O cheiro apenas. / É denso e leve. Morno. / – Um hálito de forno / feito de penas. // Sinto-lhe a forma. E apenas se projecta, / no meu silêncio escuro, / a forma distante e secreta / dum ovo maduro.»? Já menos conhecida será, no seu recorte clássico, a «Ode à Liberdade» de Jaime Cortesão (cf. a última quintilha: «Querem mãos assassinas sufocar-te / Nas entranhas maternas. Mas em vão. / Virás como a torrente desprendida, / Porque és o sopro e a lei da Criação / E não há força que detenha a Vida»), um dos muitos que morreram sem saberem, como se diz no verso de Jorge de Sena, «qual a cor da liberdade» no seu país. O tópico presente no verso final da ode será glosado de múltiplas formas pela *poesia de resistência*, e será mesmo, na determinação e na positividade proclamadas, aquilo que verdadeiramente a define enquanto tal. A estilística da *poesia de resistência* não assenta apenas no relevo concedido aos destinatários, com vista a uma sua consciencialização ou ao seu envolvimento num projecto comum; radica igualmente na sua dimensão futurante, na reiterada proclamação de uma esperança de transformação.

A partir dos anos 60 encontrou a lírica resistente uma importante caixa de ressonância na canção de intervenção, que frequentemente a ela recorreu para as suas letras. Chegavam, agora, a um público mais alargado os poemas de José Gomes Ferreira, de Torga, de Gedeão, de Sena, de Sophia, de Carlos de Oliveira, de João Apolinário, de Saramago, de Manuel Alegre. Aproveitavam-se, de um modo geral, textos mais directos ou de mais fácil descodificação para garantir o objectivo pretendido, que era, no essencial, fazer passar, com eficácia, uma mensagem de incitamento à mudança, em tempos que, com a guerra colonial, a emigração, a agitação nas universidades, de todos os lados a exigiam. Os meios de difusão utilizados, que



«Não hei-de morrer sem saber / qual a cor da liberdade. // Eu não posso senão ser / desta terra em que nasci. / Embora ao mundo pertença / e sempre a verdade vença, / qual será ser livre aqui, / não hei-de morrer sem saber»,
Jorge de Sena, *Fidelidade*, 1958.

incluíam a rádio ou mesmo a televisão em alguns programas mais abertos, permitiam que se atingissem sectores do público que não eram apenas os que já militavam na oposição ao regime, como de certo modo se verificava, por exemplo, num outro plano de intervenção musical, com o Coro de Fernando Lopes Graça nos anos 40 e 50. Não por acaso certamente a senha escolhida para o arranque da Revolução, foram os capitães buscá-la à canção de intervenção, a uma das suas vozes mais conhecidas, José Afonso.

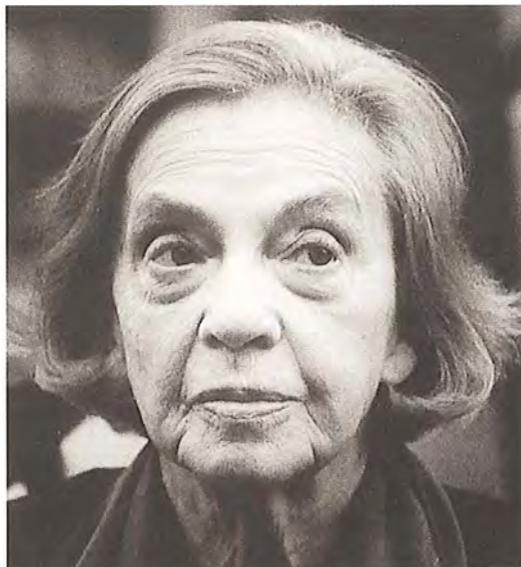
E chegou, finalmente, o dia por que durante anos se esperara. Como, algum tempo depois, dirá Manuel Alegre em «Trova do mês de Abril»: «Foram dias foram anos a esperar por um só dia. / Alegrias. Desenganos. Foi o tempo que doía / com seus riscos e seus danos. Foi a noite e foi o dia / com a esperança de um só dia. // [...]». É júbilo

o que exprimem os poetas que logo saúdam a chegada da liberdade. Aqui, destaca-se o poema de Sophia «25 de Abril»: «*Esta é a madrugada que eu esperava / O dia inicial inteiro e limpo / Onde emergimos da noite e do silêncio / E livres habitamos a substância do tempo*». A poeta fala como se tudo agora começasse de novo, e nos fosse dado habitarmos plenamente o presente, numa total identificação com ele. Se a lírica de resistência se fundava na relação dialéctica entre a denúncia de um presente ferido de iniquidade e o desejo e a esperança de um futuro libertador, a que celebra o emergir «*da noite e do silêncio*» faz da coincidência plena com o momento vivido o seu fundamento maior. É, enquanto poesia do presente, que tranquilamente habita «*a substância do tempo*», sem fissuras ou divisões. Mais patente isso fica no poema «Revolução», que é como que a explicitação, por via de sucessivas comparações, do que o outro de modo despojadamente jubiloso afirmava: «*Como casa limpa / Como chão varrido / Como porta aberta // Como puro início / Como tempo novo / Sem mancha nem vício // Como a voz do mar / Interior de um povo // Como página em branco / Onde o poema emerge // Como arquitectura / Do homem que ergue / Sua habitação*». Poetas que de tudo foram roubados, poetas da despossessão, sentem, agora, o domínio de si, de tudo, do tempo, fazem seu o presente, da substância da «terra», como se diz no quarto poema (26.4.74) da sequência «Rente à fala» de *Limiar dos Pássaros*, 1978, de Eugénio de Andrade: «*Esta terra de sol esta terra ainda / é bem ela esta terra inocente / este corpo há que deixá-lo ser água / não é fácil separá-lo da luz / quase nua esta terra agora minha.*» (cf. *Poemabril*, org. de Carlos Loures e Manuel Simões. Para além desta antologia poética, publicada, na sua 2ª ed., pela Fora do Texto, de Coimbra, em 1994, refira-se a publicação em 1999 de dois volumes antológicos comemorativos dos 25 Anos do 25 de Abril, um

de poemas, *A Poesia Está na Rua – 25º Aniversário 25 de Abril*, edição conjunta do Inatel e da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, e outro, que abrange, para além do texto poético, o texto narrativo, o texto ensaístico e o texto dramático, *Abril*, editado pela Comissão *Abril de Abril*, de Braga). O seu é um canto «rente à fala», da coincidência, não da descoincidência. Rente à fala também é o conhecido poema em prosa com que José Gomes Ferreira, por entre dúvidas, incredulidade e incontido júbilo, comemora a vinda do dia que tantas vezes cruzara o céu de apóstrofes e raivas das páginas em sangue do seu diário em forma de poemas. O presente narrativo é uma forma de total assunção do momento histórico que vive, presença cada vez mais real e mais partilhada num universo que sempre sentiu o fascínio dos espectros e do irreal. Sobressai, aqui, como nos poemas de Sophia, a ideia de que «tudo» vai «recomeçar», de que teve início um tempo novo. Um tempo de reencontro consigo mesmo e com os outros: «*Saio de casa. E uma rapariga que não conheço, que nunca vi na vida, agarra-se a mim aos beijos. // Revolução*». Ser da memória, no entanto, não esquece aqueles a quem não foi dado terem a alegria da partilha fraterna do dia tão ansiosamente esperado: «*(Só é pena que os mortos não nos possam também telefonar da Morte: o Bento de Jesus Caraça, o Manuel Mendes, o Casais Monteiro, o Redol, o Edmundo de Bettencourt, o Zé Bacelar, a Ofélia e o Bernardo Marques, o Pavia, o Soeiro Pereira Gomes e outros, muitos, tantos... [...])*».

A celebração faz-se grito festivo, libertação de energias represadas, no «Soneto de Abril» de Natália Correia: «*Evoé! de pâmpano os soldados / rompem do tempo em que Evoé! a terra / salvé rainha descruzando os braços / com seu pé de papiro pisa a fera. // Na écloga dos rostos despontados / onde dos corvos se retira a treva, / de beijo em beijo as ruas são bailados / mudam-se as casas para a*

primavera. //Evoé! o povo abre o touril / e sai para o Sol perfeitamente Abril / maravilha da Pátria ressurrecta. // Evoé! evoé! Tágides minhas / outra vez prateadas campainhas / sois na cabeça em fogo do poeta» (Poemabril). Jorge de Sena, de Santa Bárbara, na Califórnia, envia, pouco depois do dia 25, com a sua «Cantiga de Abril», uma saudação «às Forças Armadas e ao povo de Portugal». E, para isso, retoma um dos seus mais conhecidos poemas de resistência dos anos 50, «Quem a tem...»: «Não hei-de morrer sem saber / qual a cor da liberdade. // Eu não posso senão ser / desta terra em que nasci. / Embora ao mundo pertença / e sempre a verdade vença, / qual será ser livre aqui, / não hei-de morrer sem saber. // Trocaram tudo em maldade, / é quase um crime viver. / Mas, embora escondam tudo / e me queiram cego e mudo, / não hei-de morrer sem saber / qual a cor da liberdade» (Fidelidade, 1958). O canto, agora, é um canto de alegria de quem teve oportunidade de descobrir, de «saber qual a cor da liberdade». O ritmo é o da cantiga popular (reconhecível no título) de que o poema de Fidelidade era a glosa. E, ao longo do poema de versos heptassilábicos, num dístico que funciona como refrão, responde-se à pergunta que já estava implícita no texto de partida: «Qual a cor da liberdade? / É verde, verde e vermelha». A par da alegria pela afirmação de uma «verdade» que sempre se esperou acabasse por vencer («Saem tanques para a rua, / sai o povo logo atrás: / estala enfim altiva e nua, / com força que não recua, / a verdade mais veraz.»), há, como também se verificava no poema de Gomes Ferreira, um lamento por aqueles que não puderam «ver / o dia do despertar» («Tantos morreram sem ver / o dia do despertar! / Tantos sem poder saber / com que letras escrever, / com que palavras gritar!»), ao mesmo tempo que, no espírito do poeta, está bem presente a memória de «quase cinquenta anos» de «servidão» («Quase, quase cinquenta anos / reinaram neste país, / a conta de tantos danos, / de



Sophia de Mello Breyner Andresen.
Fotografia de Luísa Ferreira.

tantos crimes e enganos, / chegava até à raiz. // [...] // Essa paz de cemitério / toda prisão ou censura, / e o poder feito galdério, / sem limite e sem cautério / todo embófia e sinecura. // [...] // Essas guerras de além-mar / gastando as armas e a gente, / esse morrer e matar / sem sinal de se acabar / por política demente. // [...] // Esse perder-se no mundo / o nome de Portugal, / Essa amargura sem fundo, / só miséria sem segundo, / só desespero fatal. // [...]», 40 Anos de Servidão, 2ª ed. revista, 1982). Num texto composto por Sena no dia seguinte aos memoráveis festejos do 1º de Maio em Lisboa, a voz que chega até nós, da distante cidade californiana, é uma voz entregue a uma reflexão política e que se dirige aos seus concidadãos, convidando-os a partilhar das suas preocupações. A voz poética fala em nome de uma sageza que alerta para a necessidade de moderar os excessos da *hybris* utópica («[...] aprendamos que, em política, a arte maior é a de exigir a lua / não para tê-la ou ficar numa fúria por não tê-la, / mas como ponto de partida para ganhar-se, do compromisso, / uma boa lâmpada de sala, que ilumine a todos.»), do entusiasmo

irreflectido («*De todo o coração, gritemos o nosso júbilo, aclamemos gratos / os que o fizeram possível. Mas, com toda a inteligência / que se deve exigir do amadurecimento doloroso desta liberdade / tão longamente esperada e desejada, trabalhemos cautelosamente, / politicamente, para conduzir a porto de salvamento esta pátria / por entre a floresta de armas e de interesses medonhos / que, de todos os cantos do mundo, nos espreitam e a ela*»). Essa voz *sage*, como que de corifeu, em face do que pressente serem já os sinais de uma vertigem incontrolável, volta a ouvir-se em outros poemas do período imediatamente posterior ao 25 de Abril, como em «Cantiga de Maio», que tem como refrão o seguinte dístico: «*Liberdade, liberdade, / tem cuidado que te matam*». A radicalização do processo no ano seguinte levará outro poeta que igualmente se distinguiu na oposição ao Estado Novo, Miguel Torga, a deixar, em «Lamento», 1975, registo do seu indistigível cuidado: «*Pátria sem rumo, minha voz parada / Diante do futuro! / Em que rosa dos ventos há um caminho / De inédita aventura, / Que o poeta, adivinho, / Veja com nitidez / Da gávea da loucura?*» (*Diário XII*, 1977). As clivagens acentuam-se, e para outros, como José Gomes Ferreira, o que se vive depois de Novembro de 75 é já irremediavelmente a «*agonia da Revolução*». Mais tarde, haverá quem recorde os idos de 75 com terna ironia, e é o que faz Luís Filipe Castro Mendes num poema assumidamente paródico da famosa «Elegia do Amor» de Teixeira de Pascoais: «*Lembras-te, meu amor; / das tardes estivais / em que íamos os dois / tão só manifestar / para junto do Povo / Unido e dos demais, / onde a História pudesse / ouvir-nos conspirar? / Tu levavas na mão / um papel exaltado / e davas-me o teu braço: / e eu, absorto, sonhava / teu corpo que perdi... / E ao longe a multidão / era um arfante abraço, / que logo se juntava / ao que eu sonhava aqui. / A harmonia da luta / ganhava teus sentidos. / A multidão ope-*

rária / em breve diluía / na massa o teu perfil / e os sonhos escondidos... / Erravam pelo ar / canções da Utopia / – canções que de bem longe / as classes oprimidas / traziam na lembrança... / Olhavas para mim, / cuidando qual criança / no sentido da História: / esquecíamos assim / o rumo da Vitória... / [...]» (*O Jogo de Fazer Versos*, 1994).

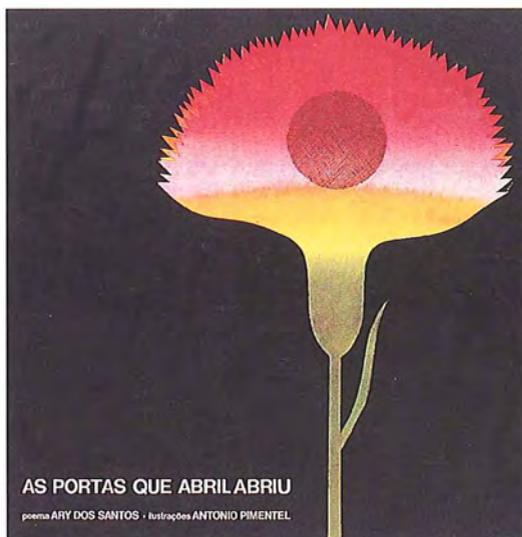
Mas a memória das vivências do período revolucionário pode não estar delas tão distanciada, e fazer-se num outro registo. É o que se verifica em textos de Casimiro de Brito e Manuel Alegre incluídos em livros vindos a lume no começo da década de 80. O primeiro evoca, num poema («Memória do primeiro de Maio») de *Labyrinthus*, 1981, o que houve de exaltante «*festa solar*» no 1º de Maio de 74, e a devolução, aí confirmada, a um povo do «*dom da fala*»: «*[...] // O mar foi o mar na praça pública a luxuriante / Vegetação / a festa solar / a luz crua / Do exílio e da morte / o espectáculo / De um povo (águas / D'abril) a quem foi devolvido / O dom da fala / a mística / Da revolução. Ouve-se / Por toda a cidade / O grande coral da liberdade ...*». O segundo põe em diálogo, num poema de *Atlântico* («Cantiga de Abril [segundo Fernão Lopes]»), também de 1981, duas revoluções, a de 1383 e a de 1974, não apenas para lhes acentuar as semelhanças, mas também para se interrogar sobre o sentido da «*História*», e o lugar nela das *continuidades*, das *descontinuidades*, das *rupturas*, dos «*acazos*»: «*[...] // E começava a gente de juntar-se / e tanta que era estranha de se ver: / Não cabiam nas ruas principais / cada um desejando ser primeiro / e todos feitos d'um só coração. // Não sei se a História tem um fio se / não tem. Mas já de Santarém partiu / o Capitão. De negro vem vestido / em cima da Chaimite. Ouves? É o trote / das lagartas. Cavalos e cavalos. // [...] // Andando o Povo levantado andando / um Major aos seus homens perguntando: / Adere ou não adere? É só. Mais nada. / E o segundo-sargento perfilandose: / Há vinte e cinco anos que espero este*

momento. // [...] // *Soem às vezes altos feitos ter / começo por pessoas cujo azo / nenhum povo podia imaginar. / E pois assim aveio que em Lisboa / um cidadão chamado Álvaro Pais: // Onde matam o Mestre? Que é do Mestre? / De cima não faltava quem gritasse / que o Mestre estava vivo e o Conde morto. / Mas isto já ninguém o queria crer. // Continuidade. Descontinuidade. / E o que é a ruptura? E a História? Um caos de acasos. / Kairos (dizem os gregos). Conjunturas / favoráveis. / Verás florir as armas. // E já o Capitão entra na Praça / andando o Povo levantado andando / apoiando a coluna quando avança / para cercar o Carmo às doze e trinta. // Traziam uns carqueja e outros lenha / alguns pediam escadas e bradavam / que viesse lume para porem fogo / e queimarem o traidor e a aleivosa. // E em tudo isto era o tumulto assim / tão grande que uns aos outros não se ouviam / e não determinavam coisa alguma. // [...]*».

Ainda mais próximo dos sucessos narrados está o poema de José Carlos Ary dos Santos «As Portas que Abril Abriu», 1975, composto entre Julho e Agosto de 1975: «*Era uma vez um país / onde entre o mar e a guerra / vivia o mais infeliz / dos povos à beira-terra. / Onde entre vinhas sobredos / vales socalcos searas / serras atalhos veredas / lezírias e praias claras / um povo se debruçava / como um vime de tristeza / sobre um rio onde mirava / a sua própria pobreza. // [...]*». Aspecto digno de nota na edição do poema é a presença, nas suas margens, de um texto em prosa que vai dando, de forma resumida, conta dos eventos mais relevantes do processo revolucionário a que no corpo do texto poético se alude, e que, para além de cumprir uma função didáctica junto do leitor, sugere a condição de repórter dos grandes mudanças históricas em que o poeta se quer investido. A prosa, uma outra prosa, movida por irrefragável ímpeto inovador, serve a Maria Velho da Costa, num texto de Março de 1975, «Vinte falas portuguesas para

uma revolução», para restituir a fala ao povo, a um povo que aprende com os «erros» e se soergue, para possuir, como diz, «*a terra acompanhado*» (v. três das últimas falas: «16. *Saiu-me das entranhas o novo mundo dos humildes, a proximidade das pátrias dos pobres. Possuirei a terra acompanhado. Esperar; baixa a cerviz, não é servir: Isso sabemos. // 17. Meu ânimo permaneceu canhestro no granjear de bens e sua contagem. Não temo irmãos, hesitantes, traídos, desavindo, buscando novas rotas. Irmãos. De meias de fioco, gravata envergonhada, gosto mau. De elegantes e a preço, gente de muitas coisas e de pouca fé, esses, meus reles inimigos. // 18. Há quinhentos anos que me sentei a sossegar para esta aurora, esta velada de armas impossíveis. Eu que sou de arrancadas e desdêns. Há quinhentos anos que empato os exórdios da Europa a que me civilize, mais um museu cuidado. Nunca me mexo que não seja de vez. Porque só sei andar destinos mores, difícilimas horas, barcas de noz, quadradinhos diminutos contra impérios. Seguir inverosímeis capitães. Porque foram soldados e crentes os meus mestres? Sei. Retomo e restauro, agora certamente. Não mais me estranharão as nações os descabros e a paciência. Porque ora são dos últimos soldados e novíssimos crentes os meus mestres, gerados de meus erros, chagas, espera, centenas movimento, força a armar-se. Agora vou», *Poemabril*).*

Neste texto de Maria Velho da Costa é, como vimos, o povo que se afirma como protagonista. Noutros casos, como em «Crónica de Abril» de Manuel Alegre, conjuga-se a celebração da personagem colectiva e da personagem individual, emergindo, assim, para além do «Povo» nas suas movimentações, a figura do «Capitão», em que o leitor, com os referentes fornecidos, facilmente reconhece Salgueiro Maia. Ora alguns dos protagonistas do período revolucionário virão a ocupar, por diferentes motivos, as atenções de um ou outro poeta. Sophia dedicará a Salgueiro



Maia precisamente um poema, depois da sua morte: «*Aquele que na hora da vitória / Respeitou o vencido // Aquele que deu tudo e não pediu a paga // Aquele que na hora da ganância / Perdeu o apetite // Aquele que amou os outros e por isso / Não colaborou com sua ignorância ou vício // Aquele que foi "Fiel à palavra dada à ideia tida" / Como antes dele mas também por ele / Pessoa disse*» (Musa, 1994). Trata-se de um texto celebratório, de louvor. E integra-se, aliás, numa tradição de textos da própria poeta de celebração de figuras exemplares, nomeadas ou não (recorem-se, por exemplo, «Porque», de *Mar Novo*, 1958, e «Catarina Eufémia» e «Maria Natália Teotónio Pereira», de *Dual*, 1972). Tal como se verifica em «Porque» e «Catarina Eufémia», o exaltação do herói vive muito do contraste que é estabelecido com os outros e outras formas de comportamento, ditadas pela conveniência ou pela ausência de princípios, de valores. Salgueiro Maia é apontado como herói impoluto, símbolo do que de melhor e mais puro houve no acto de restituição, com o 25 de Abril, da dignidade ao país. A construção anafórica, de modo semelhante ao que acontece no famoso «Porque»,

dentro da eficaz utilização dos meios mais simples tão do agrado de Sophia, ao mesmo tempo que contribui para reforçar o gesto celebratório, permite o enunciar dos vários atributos que distinguem o herói.

São muito diversas as vozes (A.R. Rosa, A. Silva Carvalho, C. de Brito, E. Olímpio, E. Gonçalves, E. de Andrade, G. Cruz, J.J. Letria, J. Barreiros, J. F. Monte, M. A. da Graça Varella Cid e Maria Teresa Horta) que se reúnem, simbolicamente em «Abril», no «Terceiro ano da Revolução», numa homenagem a Vasco Gonçalves, já depois da sua passagem pela chefia do governo em 1975 (*12 Poemas para Vasco Gonçalves*). Dois dos textos aí incluídos colocam problemas interessantes quanto à poética do poema político, o de António Ramos Rosa e o de Gastão Cruz. O primeiro rejeita explicitamente a eloquência associada habitualmente à lírica de motivação política («*pus de parte as palavras gloriosas*»), em sintonia, de resto, com a que é, então, a sua poética, assente na palavra nua, *frágil, pobre*. Não deixa, no entanto, de, na circunstância, buscar «*com uma fúria sedenta / a palavra que seja / a água do corpo o corpo / intacto no silêncio do seu grito / ressurgindo do abismo da sede / com a boca de pedra / com os dentes das letras / com o furor dos punhos / nas pedras // [...]*». O segundo reflecte sobre a linguagem poética mais adequada para falar da «revolução», acabando por pôr de parte, como Ramos Rosa, o que possa evocar o «*poema [...] épico*», preferindo-lhe, como se diz na última estrofe, aquele que recorre aos «*metros úteis da poesia estrita*»: uma poesia longe das fórmulas gastas, dessoradas. Num poema publicado em 1984, *Carta a Otelo*, abre-se Gastão Cruz a uma das mais frequentes forças motivadoras do poema político, a indignação, para lembrar em «*tempo burocrático / dos senhores ministros de perfil europeu*» a «*imagem incómoda*» de Otelo, entrando em diálogo, nos versos finais do poema, para sublinhar

a sua recusa de um tempo *baço*, fechado ao «*cavalo vivo*» da «*imaginação*», com o fecho da «*Tabacaria*» de Álvaro de Campos: «*O futuro levanta / sem ideal nem esperança as paredes de cinza / e às portas burocráticas / os donos das tabacarias / sorriem*». Um pouco antes, nos começos da década, Armando Silva Carvalho, outro dos poetas presentes na homenagem a Vasco Gonçalves, recorria à sátira para lançar as suas objecções ao estilo editorialista e bem-pensante de um conhecido jornalista dos sectores oposicionistas no período do Estado Novo, Norberto Lopes, que, em artigo publicado em Maio de 1980, sustentava que, ao fim de «*seis anos de regime democrático*», se devia «*optar mais pela prosa do que pela poesia, pelas realidades do que pelas quimeras*». Com irónica e cáustica desenvoltura, o poeta faz a apologia de um tempo regido pelo ímpeto livre, indomável e transgressivo da poesia: «*[...] / Não era a paciência / que devora lentamente os filhos, / não era a cerimónia das formigas, / no seu meticuloso e telegráfico sistema / de acumulações, / o que os meus olhos viam. / Abriam-se feridas sibilantes, / cada corpo trazia consigo a luz / e a sua treva. / Cada um escrevia ali o seu poema / entre os fulgores de um Maio / erguido a custo / nas mais finas agulhas. / Cada um deixava o sangue crescer / na mão do outro. / Mar, mar tenebroso e de repente calmo / na espuma de um sorriso, / na palma aberta ao rosto imediato. / Toda a cidade, agora feita de água, / brilhava e anoitecia nas gargantas. / Era um poema longo, longo / o que ela respirava*». (*Sentimento dum Acidental*, 1981).

Em 1980, outro dos poetas presentes em *12 Poemas para Vasco Gonçalves*, Egito Gonçalves, autor de um dos mais celebrados poemas de resistência, «*Notícias do Bloqueio*», publicava uma recolha de *Poemas Políticos*, compreendendo textos compostos entre os princípios dos anos 50 e os fins da década de 70 que, nas suas próprias palavras, considerou «*cabarem na acep-*



«*Aquele na hora da vitória / respeitou o vencido // Aquele que deu tudo e não pediu a paga // Aquele que na hora da ganância perdeu o apetite // Aquele que amou os outros e por isso / Não colaborou com a sua ignorância ou vício // Aquele que foi "Fiel à palavra dada à ideia tida" / Como antes dele mas também por ele / Pessoa disse*». Poema dedicado a Salgueiro Maia por Sophia de Mello Breyner Andresen, *Musa*, 1994.



Cartaz de Vieira da Silva, «A Poesia está na Rua».

ção mais directa daquela designação». Sendo, na sua grande maioria, os textos que aqui temos abordado poemas políticos, será porventura de alguma utilidade ver, em breves palavras, em que sentido é possível usar aquela expressão genérica. Segundo Käte Hamburger, num conhecido estudo (cf. a tradução francesa, *Logique des Genres Littéraires*, 1986), «a noção de poema político significa que é uma situação política que é, enquanto tal, o tema ou o objecto do poema e que, portanto, este tema não é apenas o ensejo de uma experiência e de uma criação emocionais». Ainda de acordo com a ensaísta alemã, «embora haja todos os tipos de transição entre os poemas emocionais e aqueles que, realistas e críticos, são produzidos sob a influência de eventos e situações políticos», somente a respeito destes últimos se poderia propriamente falar de poesia política. Nos termos em que Käte Hamburger estabelece a distinção entre o que chama «poemas emocionais» e poemas políticos, aqueles teriam «todas as características que correspondem à correlação lírica sujeito-objecto e situam-se longe da fronteira que a separa do enunciado com função comunicacional (orientado para o objecto)», ao passo que estes estariam «por natureza muito próximos desse limite». Assim, o que distinguiria, no entender de K. Hamburger, os poemas emocionais dos poemas políticos, se é que essa distinção é necessária ou tem pertinência (cf. do A. as páginas dedicadas a Egito Gonçalves em *Tendências Dominantes da Poesia Portuguesa da Década de 50*, 1996), seria a maior ou menor distância em relação à fronteira que separa o enunciado lírico, no qual o objecto «não é o fim, mas o pretexto», do enunciado de tipo comunicacional, «orientado para o objecto». Seja como for, o que nos parece importante sublinhar nas considerações da autora de *Logique des Genres Littéraires*, muito cingidas, às vezes, à lógica de uma tese global, é a largueza e a diversidade de tipos de transição que reconhece entre

os «poemas emocionais» e os que são motivados por situações e eventos políticos, e o que isso, afinal, sugere quanto à instabilidade das fronteiras entre uns e outros. De cunho inequivocamente político são vários dos poemas de *Terceira Idade* (1982), de Mário Dionísio, em que indignadamente se verbera, de mistura, às vezes, com uma ironia amarga, o rumo que as coisas tomaram a partir de certa altura no pós-25 de Abril, como, por exemplo, neste apontamento de reportagem, datado de Janeiro de 1981, sobre o enterro de um «velho torcionário»: «Foi hoje a enterrar / o velho torcionário / com honras militares // Cercavam-no os seus pares / impunemente / de morte ameaçando / quem tal via // Do crime funcionário / chegou ao fim aproveitando / a apatia conivente / instituída // A teia da vergonha entretecida / de espanto empesta o ar // Viva a democracia!» Ora num poema («Os últimos mortos da PIDE») incluído num livro vindo a público nesse mesmo ano de 1981, *Os Dias Pequenos Charcos*, de Joaquim Manuel Magalhães, lembrava-se o que fora nos primeiros dias da Revolução o «rancor acossado» da polícia política, no desespero dos seus últimos estertores: «Do meio dos telhados donde gatinhava / o regime que fora de salões e enxovias / bolsava contra a rebentação da cidade / a pedrada de tiros do rancor acossado. / A biltre obediência das inquirições, / das negações, dos tratos toldados, / dos pátios chulos onde grimpavam torturas / como hera de sangue pelas mãos caladas, / ia ainda metralhar à queimadura. / Sobre ti, sobre o outro além, sobre a alegria de todos. / A sanha era qualquer um: matavam / esses últimos sinais do que tínhamos sido. / Saíam em braços anónimos do erro nocturno / para a claridade que ninguém ainda conhecia».

Com a democracia e o desaparecimento de todo o tipo de limitação censória, a poesia portuguesa abre-se desinibidamente a novos caminhos e vem mesmo a entrar num dos seus períodos mais florescentes e de mais fecunda diversidade.